

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

PROCESSO: 03396/2023/TCE-RO.
SUBCATEGORIA: Consulta
ASSUNTO: Consulta acerca da aplicação do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n. 1.916.376/RS, sobre a base de cálculo do ISSQN para a construção civil
UNIDADE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
INTERESSADO: Denair Pedro da Silva, CPF n. ***.926.712-**, Prefeito Municipal
RELATOR: Conselheiro-Substituto Omar Pires Dias (em substituição regimental ao Conselheiro Paulo Curi Neto)
SESSÃO: 4ª Sessão Ordinária Virtual do Pleno, de 1º a 5 de abril de 2024

CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS. DÚVIDAS QUANTO À APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.916.376/RS. BASE DE CÁLCULO DO ISSQN PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL. PREÇO DO SERVIÇO CONTRATADO. PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO. MÉRITO. POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DOS VALORES DOS MATERIAIS EMPREGADOS DA BASE DE CÁLCULO DO ISSQN, QUANDO PRODUZIDOS PELO PRESTADOR FORA DO LOCAL DA OBRA, E DESTACADAMENTE COMERCIALIZADOS COM A INCIDÊNCIA DO ICMS. ARQUIVAMENTO.

1. O Tribunal de Contas é competente para decidir sobre consulta formulada pelas autoridades legitimadas constantes do rol do art. 84 do RITCERO, quanto às dúvidas sobre a aplicação de dispositivo legal ou regimental relativo à sua competência.
2. A mera falta da indicação do dispositivo legal pelo Consultante, quando puder ser identificado a partir dos contornos dos seus questionamentos, permite o seu conhecimento, em observância aos princípios da instrumentalidade da forma, primazia do julgamento de mérito e razoabilidade. Entendimento diverso poderia configurar formalismo exacerbado por esta Corte de Contas.
3. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é constituída pelo preço do serviço de construção civil contratado.
4. Somente podem ser deduzidos da base de cálculo do ISSQN os valores dos materiais que sejam produzidos pelo prestador do serviço fora do local da obra e destacadamente comercializados, com a devida incidência do ICMS, o que poderá ser demonstrado mediante notas fiscais.
5. A partir do trânsito em julgado do REsp 1.916.376/RS, dia 12.05.2023, o entendimento proferido pelo STJ passou a ser aplicável nos municípios.
6. Arquivamento dos autos.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, reunido em Sessão Ordinária Virtual, realizada no período 1º a 5 de abril de 2024, na forma dos artigos 84, §§ 1º e 2º, e 85 da Resolução Administrativa n. 005/96 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), conhecendo da consulta formulada pelo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, Denair Pedro da Silva, por unanimidade, em consonância com o voto do Relator, Conselheiro-Substituto Omar Pires Dias (em substituição regimental ao Conselheiro Paulo Curi Neto);

É DE PARECER, que se responda a consulta nos seguintes termos:

I – A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço de construção civil contratado;

II – É possível a dedução, da base de cálculo do ISSQN, dos valores dos materiais utilizados nos serviços de construção civil, desde que tenham sido produzidos pelo prestador, fora do local da obra, e por ele destacadamente comercializados, com a incidência do ICMS, o que poderá ser demonstrado mediante notas fiscais;

III – A partir do trânsito em julgado do REsp 1.916.376/RS, dia 12.05.2023, o entendimento proferido pelo STJ, de possibilidade de dedução da base de cálculo do ISSQN dos valores dos materiais empregados no serviço de construção civil, desde que produzidos pelo prestador fora do local da obra e destacadamente comercializados, com a incidência do ICMS, será aplicável a todos os contratos firmados nos municípios.

Participaram do julgamento os Conselheiros José Euler Potyguara Pereira de Mello, Valdivino Crispim de Souza, Francisco Carvalho da Silva, Jailson Viana de Almeida, os Conselheiros-Substitutos Francisco Júnior Ferreira da Silva (em substituição regimental ao Conselheiro Edilson de Sousa Silva) e Omar Pires Dias (em substituição regimental ao Conselheiro Paulo Curi Neto); o Conselheiro Presidente Wilber Coimbra; e o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas Miguidônio Inácio Loiola Neto. Ausentes os Conselheiros Edilson de Sousa Silva e Paulo Curi Neto devidamente justificados.

Porto Velho, sexta-feira, 5 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
OMAR PIRES DIAS
Conselheiro-Substituto Relator

(assinado eletronicamente)
Conselheiro WILBER COIMBRA
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

PROCESSO: 03396/2023/TCE-RO.
SUBCATEGORIA: Consulta
ASSUNTO: Consulta acerca da aplicação do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n. 1.916.376/RS, sobre a base de cálculo do ISSQN para a construção civil
UNIDADE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
INTERESSADO: Denair Pedro da Silva, CPF n. ***.926.712-**, Prefeito Municipal
RELATOR: Conselheiro-Substituto Omar Pires Dias (em substituição regimental ao Conselheiro Paulo Curi Neto)
SESSÃO: 4ª Sessão Ordinária Virtual do Pleno, de 1º a 5 de abril de 2024

Tratam os autos de Consulta formulada pelo Senhor Denair Pedro da Silva, Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, em que suscita dúvidas acerca da aplicação do entendimento proferido, pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.916.376/RS, sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN para a construção civil (ID [1506316](#)).

Por meio da Decisão Monocrática n. 0235/2023-GCWCS (ID [1510662](#)), o então relator, Conselheiro Wilber Carlos dos Santos Coimbra, em juízo sumário de admissibilidade, conheceu da Consulta, por entender restarem preenchidos os seus pressupostos, e encaminhou o feito ao Ministério Público de Contas para manifestação.

Os autos aportaram no MPC, que, por meio do Parecer n. 0025/2024-GPGMPC (ID [1538767](#)), da lavra do Procurador-Geral Miguidônio Inácio Loiola Neto, opinou no sentido de não conhecer a Consulta formulada, haja vista a ausência de um dos seus requisitos para conhecimento. Todavia, consignou que, caso superado o não conhecimento, fossem respondidas as questões suscitadas, da seguinte forma:

[...]

Diante do exposto, o **Ministério Público de Contas opina:**

I – Preliminarmente, com fundamento no art. 85 do RITCERO, não seja conhecida a Consulta formulada pelo Exmo. Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Denair Pedro da Silva, em razão da ausência de indicação do dispositivo legal em que paira dúvida sobre a aplicação (art. 83, RITCERO), o que implica na ausência de delimitação precisa do objeto da consulta (art. 84, §1º, RITCERO); e

II – Firme no princípio da eventualidade, se superada a preliminar de não conhecimento da Consulta, no mérito, sejam respondidas as questões formuladas com o seguinte teor:

1 - A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço de construção civil contratado;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

2 - É possível a dedução, na base de cálculo do ISSQN, dos valores dos materiais empregados no serviço de construção civil contratado, exclusivamente quando produzidos pelo prestador, fora do local da obra, e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS, o que deverá ser comprovado ao Município mediante apresentação das notas fiscais dos referidos materiais; e

3 - O entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.916.376/RS, de possibilidade condicionada da dedução dos valores dos materiais empregados no serviço de construção civil contratado, é aplicável a todos os contratos firmados pelo Município desde o trânsito em julgado da decisão, ocorrido em 12/05/2023.

É o parecer.

Em razão da investidura do Conselheiro Wilber no cargo de Presidente do TCE-RO, os autos foram redistribuídos a esta relatoria.

É o relatório.

VOTO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS

I – DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Pois bem. O juízo de prelibação da Consulta exige o cumprimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, presentes nos artigos 83 a 85 do Regimento Interno deste Tribunal, conforme colacionado abaixo:

Art. 83. O Plenário decidirá sobre consultas, quanto a dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência.

Art. 84. São legitimados a formular consulta perante o Tribunal de Contas:

I – Os presidentes de Poderes e Órgãos Autônomos;

II – Os secretários estaduais ou representantes de entidade de nível hierárquico equivalente;

III – O Procurador-Geral do Estado;

IV – Os dirigentes máximos de Autarquias;

V – Os presidentes de Empresas Públicas, Fundações Públicas e Sociedades de Economia Mista;

VI – Os presidentes de partidos políticos;

VII – As Comissões Parlamentares Técnicas ou de Inquérito;

VIII – Os chefes dos Poderes Executivos e Legislativos Municipais;

IX – Os dirigentes máximos de Consórcios Públicos.

§ 1º As consultas devem conter a indicação precisa do seu objeto, ser formuladas articuladamente e instruídas, sempre que possível, com parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.

§ 2º A resposta à consulta a que se refere este artigo tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

Parecer Prévio PPL-TC 00003/24 referente ao processo 03396/23

Av. Presidente Dutra n. 4229, Bairro: Pedrinhas Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-326

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

§ 3º Por iniciativa de Membro do Tribunal de Contas ou do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, ou por requerimento de legitimado, poderá ser reexaminada matéria objeto de prejulgamento de tese.

§ 4º Considera-se revogado ou reformado o prejulgamento de tese sempre que o Tribunal, pronunciando-se sobre a matéria, firmar nova interpretação, caso em que a decisão fará expressa remissão à reforma ou revogação.

Art. 85. No juízo de admissibilidade, o Relator, em decisão monocrática, não conhecerá de consulta que não atenda aos requisitos do artigo anterior ou que verse sobre caso concreto, devendo o processo ser arquivado após comunicação ao consulente.

Como já mencionado anteriormente, o presente processo trata de Consulta formulada pelo Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Senhor Denair Pedro, pessoa legitimada para apresentá-la, conforme art. 84, VIII, do RITCERO.

Quanto ao objeto da Consulta, o referido gestor suscita dúvidas acerca da aplicação do entendimento firmado pelo STJ no Recurso Especial n. 1.916.376/RS, que tratou sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS na construção civil. Na oportunidade, juntou aos autos o parecer jurídico da Procuradora-Geral do Município, subscrito pela Senhora Letícia Sesquim (ID [1506317](#)).

O *Parquet* de Contas, em sua análise, entendeu que o requisito de precisão do objeto não foi devidamente preenchido, pois não houve a indicação do dispositivo legal cuja aplicação suscita dúvida, conforme colacionado abaixo (ID [1538767](#)):

[...]

PRELIMINAR – DA ADMISSIBILIDADE

Não conhecimento da Consulta

[...]

No caso em análise, confrontando-se os requisitos de admissibilidade acima dispostos, verifica-se a **legitimidade** do Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis (art. 84, VIII, RITCERO) em formular a Consulta e a sua pertinente instrução com parecer da assessoria jurídica da autoridade consulente (ID 1506317 – art. 84, § 1º, RITCERO).

Por outro lado, **o consulente não apresentou dúvida na aplicação de dispositivos legais e/ou regulamentares**, conforme exige o artigo 83 do RITCERO e, mesmo, o artigo 1º, XVI, da Lei Orgânica do Tribunal, limitando-se a requerer pronunciamento do Tribunal de Contas, a título de “orientação/recomendação”, sobre a base de cálculo do ISSQN nos serviços de construção civil, considerando o entendimento do STJ no REsp n. 1.916.376/RS, e, em somatório, como o entendimento do STJ afeta os contratos em execução no Município, o que se revela como pedido de opinião jurídica em caso concreto.

Com efeito, os elementos apresentados na consulta não permitem uma resposta objetiva à luz da competência legal da Corte de Contas, vez que o consulente sequer indicou o

Parecer Prévio PPL-TC 00003/24 referente ao processo 03396/23

Av. Presidente Dutra n. 4229, Bairro: Pedrinhas Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-326

www.tce.ro.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

dispositivo legal ou regulamentar cuja aplicação estaria a lhe suscitar dúvida no âmbito de sua competência, inexistindo sequer a prova nos autos de que o Código Tributário Municipal permite e regulamenta a possibilidade aventada de dedução dos valores dos materiais empregados na construção da base de cálculo dos referidos serviços.

Nessa esteira, qualquer tentativa de responder à presente consulta implicaria em esforços do Órgão Ministerial e da Corte de Contas para assumir o ônus de realizar “a indicação de dispositivo legal ou regulamentar” da legislação municipal objeto de dúvida em sua aplicação, encargo que compete ao consulente e não deve ser transferido ao órgão de controle. Não é outro o entendimento do Tribunal de Contas rondoniense sobre o tema:

CONSULTA. PREFEITURA DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA. BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS. LEGITIMIDADE DA AUTORIDADE CONSULENTE. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS OU REGULAMENTARES SOBRE CUJA APLICAÇÃO HAJA DÚVIDA. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. APLICABILIDADE DO ARTIGO 85 DO REGIMENTO INTERNO. ARQUIVAMENTO.

1. Não se conhece de Consulta formulada em desacordo com os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 83 a 85 do Regimento Interno.
2. As questões submetidas à consulta do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia devem se referir a dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares e conter a indicação precisa do objeto, nos termos determinados pelos artigos 83 e 84, §1º, do Regimento Interno.
3. Após a notificação do consulente, os autos devem ser arquivados.

(TCE-RO. DM 0136/2023-GCESS. Processo n. 2352/2023. Relator Conselheiro Edilson de Sousa Silva. Publicada no DOe-TCER n. 2951, de 08/11/2023)

CONSULTA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS OU REGULAMENTARES OBJETO DA DÚVIDA. CASO CONCRETO. NÃO CONHECIMENTO.

Se a consulta formulada não preenche os requisitos mínimos de admissibilidade, dela não se conhece monocraticamente, nos termos do artigo 85 do RITCE/RO.

[...] Ante o exposto, comungando *in totum* com o Parecer n. 0144/2020-GPGMPC, ID 909068, da lavra do Eminentíssimo Procurador Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Adilson Moreira de Medeiros, DECIDO:

I – NÃO CONHECER da Consulta formulada pelo Sr. Thiago Leite Flores Pereira, Excelentíssimo Chefe do Poder Executivo Municipal de Ariquemes, vez que não houve indicação do dispositivo legal objeto da dúvida, conforme preconiza o artigo 1º, XVI da Lei Complementar Estadual n. 154/96, bem como por tratar-se de caso concreto, nos termos do artigo 85 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Parecer Prévio PPL-TC 00003/24 referente ao processo 03396/23

Av. Presidente Dutra n. 4229, Bairro: Pedrinhas Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-326

www.tce.ro.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

(TCE-RO. Ementa e excerto da DM n. 0169/2020-GCBAA, Processo n. 1553/2020. Conselheiro Benedito Antônio Alves. Publicada no DOe-TCER n. 2212, de 14/10/2020).

Consulta. Autarquia. Instituto de Previdência do Município de Vilhena. Utilização fracionada de Certidão de Tempo de Contribuição para o mesmo cargo. Não indicação do dispositivo legal objeto de dúvida. Ausência dos pressupostos de admissibilidade. Não conhecimento.

(TCE-RO. DM n. 00147/GCFCS/2014, Processo n. 1201/2014. Conselheiro Francisco Carvalho da Silva. Publicada no DOe-TCER n. 1691 de 16.6.2014)

Dessa forma, a ausência de indicação do dispositivo legal em que paira dúvida (art. 83, RITCERO) implica na ausência de delimitação precisa do objeto da consulta (art. 84, §1º, RITCERO) e, conseqüentemente, a matéria suscitada pelo consulente não deve ser conhecida (art. 85, RITCERO), o que se opina nesta oportunidade.

Inobstante os motivos acima indicados que se constituem como barreira ao conhecimento da matéria consultada, em prestígio ao princípio da eventualidade, adentra-se no mérito da consulta em tela.

Pois bem. Apesar do consulente não ter indicado precisamente o dispositivo legal que suscitou dúvida na aplicação, verifica-se que seu questionamento reside em como aplicar o entendimento do STJ quanto à base de cálculo do imposto ISSQN na construção civil, disposição prevista no art. 200, §2º, da Lei Complementar Municipal n. 065/GP, de 28 de dezembro de 2007 (Código Tributário do Município de Alto Alegre dos Parecis), que faz referência aos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa à Lei Complementar n. 116/2003, *in verbis*:

Art. 200. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

[...]

§ 2º **Não se incluem também na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços da Lei Complementar;**

§ 3º. Não se incluem também na base de cálculo do Imposto, os materiais fornecidos pelo prestador dos serviços deste [sic] que especificados na nota fiscal;

Além disso, tal artigo acima é similar ao artigo 7º da Lei Complementar Federal n. 116/2003, objeto de discussão no REsp 1.916.376/RS, *in verbis*:

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

[...]

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar;

Parecer Prévio PPL-TC 00003/24 referente ao processo 03396/23

Av. Presidente Dutra n. 4229, Bairro: Pedrinhas Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-326

www.tce.ro.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

[...]

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

[...]

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

Sendo assim, em que pese a ausência de indicação, pelo Consulente, dos dispositivos legais que pairam dúvidas quanto à aplicação, entendo, data vênia ao posicionamento ministerial, que tal omissão não tem o condão de obstar a apreciação do pleito.

Os contornos dos questionamentos formulados são suficientes para demonstrar que o Consulente busca esclarecimentos acerca da aplicação do artigo 200 da Lei Complementar Municipal n. 065/GP, de 28 de dezembro de 2007 (Código Tributário do Município de Alto Alegre dos Parecis), e do artigo 7º da Lei Complementar Federal n. 116/2003, que dispõem sobre a base de cálculo do ISSQN, ante o novo entendimento do STJ no REsp 1.916.376/RS.

A mera falta de indicação do dispositivo legal pelo Consulente, quando pode ser identificado a partir dos seus questionamentos, não pode, em nosso entender, embargar o conhecimento do pedido, considerando a precisão do seu objeto. Entendimento diverso pode configurar formalismo exacerbado por esta Corte de Contas, que prejudicaria a atividade administrativa exercida pelo poder público, que solicita orientações deste Tribunal.

Além disso, verifica-se que os questionamentos foram formulados de forma genérica, e apesar da dúvida quanto aos contratos em execução no município, aparentemente figurar como caso concreto, verifica-se que o primeiro questionamento (se a base de cálculo do ISSQN leva em consideração o preço do serviço de construção civil contratado) já responderia essa dúvida, cabendo apenas consignar quando passaria a incidir o novo entendimento.

Nesse sentido, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas, da primazia do julgamento de mérito e da razoabilidade, havendo razoável cumprimento dos requisitos previstos, não há se falar em não conhecimento da Consulta, sob pena de incidência em formalismo exacerbado.

Assim, conheço da consulta formulada, por entender restarem presentes os requisitos de admissibilidade, e passo à análise do mérito.

II – DO MÉRITO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

II.1 – Aplicação do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.916.376/RS quanto à base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN para a construção civil.

Como já apontado anteriormente, o Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis formulou Consulta acerca da aplicação do entendimento proferido pelo STJ no REsp 1.916.376/RS, quanto à base de cálculo do ISSQN na construção civil, com os seguintes questionamentos:

1. A base de cálculo do ISSQN leva em consideração o preço do serviço de construção civil contratado?
2. É possível realizar deduções dos materiais empregados? Qual a forma correta de considerar tais deduções?
3. No caso de aplicação do novo entendimento do STJ – que não realiza dedução – como fica a situação os contratos de construção civil em execução no município?

Pois bem. Inicialmente, convém tecer maiores comentários acerca do ISSQN.

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS) é um tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal, que está disposto na Constituição Federal, em seu art. 156, inciso III, *in verbis*:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[...]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

[...]

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar:

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Conforme se depreende do aludido acima, o referido imposto seria regulamento por lei complementar, o que, no presente caso, foi feito pela Lei Complementar n. 116/2003. Quanto à base de cálculo do ISSQN, assim estabeleceu a legislação:

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

[...]

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

[...]

Lista de serviços anexa à Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003

[...]

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

[...]

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

Para que haja a cobrança, cada município deve editar lei específica instituindo o referido imposto, o que foi feito no Município de Alto Alegre dos Parecis, por meio da Lei Complementar n. 065/GP, de 28 de dezembro de 2007, que editou o Código Tributário Municipal.

Assim, o Prefeito questiona como se daria a aplicação do entendimento firmado pelo STJ quanto à base de cálculo do ISSQN na construção civil.

No referido julgado, foi proferido o seguinte:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ACÓRDÃO COMBATIDO. DECISÃO SURPRESA. INEXISTÊNCIA. ISS. BASE DE CÁLCULO. SERVIÇO DE CONCRETAGEM. DEDUÇÃO DOS MATERIAS EMPREGADOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A valoração jurídica diversa, calcada nos fatos da causa, dada pelo magistrado à atividade empresarial da contribuinte não caracteriza decisão surpresa que justifique a anulação do julgado.

2. Esta Corte Superior há muito consolidou o entendimento de que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, não sendo possível deduzir os materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS. Precedentes.

3. O Supremo Tribunal Federal, ao proferir o primeiro julgamento do RE 603.497/MG (Tema 247 do STF), em 31/08/2010 (DJ 16/09/2010), decidiu reformar acórdão do STJ com fundamento no entendimento do Pretório Excelso sobre a "possibilidade de dedução da base de cálculo do ISS dos materiais empregados na construção civil".

4. A partir desse momento, esta Corte Superior, buscando alinhar a sua jurisprudência à referida decisão da Suprema Corte, começou a decidir naquele mesmo sentido, como se observa, a título de exemplo, no AgRg nos EAREsp n. 113.482/SC, relatora Ministra

Parecer Prévio PPL-TC 00003/24 referente ao processo 03396/23

Av. Presidente Dutra n. 4229, Bairro: Pedrinhas Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-326

www.tce.ro.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 27/2/2013, DJe de 12/3/2013.

5. Entretanto, mais recentemente, em 03/07/2020 (publicação da ata de julgamento em 13/07/2020), nos mesmos autos do RE 603.497/MG, o STF deu parcial provimento a agravo interno para, reafirmando a tese de recepção do art. 9º, § 2º, do DL n. 406/1968 pela Constituição de 1988, assentar que a aplicação dessa tese naquele caso concreto não ensejou reforma do acórdão do STJ, ficando evidenciada, no referido julgamento, a intenção do Pretório Excelso de preservar a orientação jurisprudencial que o Superior Tribunal de Justiça sedimentou no âmbito infraconstitucional acerca da impossibilidade de dedução dos materiais empregados da base de cálculo do ISS incidente sobre serviço de construção civil. 6. Diante desse último pronunciamento da Suprema Corte no julgamento do seu Tema 247, há de voltar a ser prestigiada a vetusta jurisprudência do STJ sobre o tema.

7. Hipótese em que a parte autora nem sequer alegou, muito menos comprovou, que comercializou de forma apartada os materiais empregados nos serviços de concretagem e submeteu o valor deles à tributação pelo ICMS, de modo que não faz jus à pretendida dedução da base de cálculo de ISS.

8. Recurso especial desprovido.

Considerando a minuciosa análise empreendida pelo Ministério Público de Contas, com fundamento nos princípios da economicidade e eficiência, com vistas a evitar a desnecessária repetição de fundamentos já expostos, utilizarei a técnica da motivação *aliunde* ou *per relationem*, já sedimentada no âmbito doutrinário e jurisprudencial, transcrevendo os fundamentos presentes no Parecer n. 0025/2024-GPGMPC (ID [1538767](#)), os quais incorporo às razões de decidir deste *decisum*, *in verbis*:

[...]

A rigor, portanto, há aparente similitude entre as normas federal e municipal, nas balizas do art. 156, §3º, da Constituição Federal, à exceção do § 3º do art. 200, do referido Código Tributário Municipal, que é ampliativo em relação à possibilidade de dedução dos valores dos materiais.

Nesse passo, considerando que a **Lei Complementar n. 116/2003 é a norma federal que institui diretrizes gerais para aplicação e cobrança do ISS pelos municípios e pelo Distrito Federal, tem-se que as disposições jurisprudenciais do STJ sobre ela são extensíveis aos Municípios**, posto tratar do Órgão de Justiça a quem incumbe o controle infraconstitucional de normas jurídicas.

Decorre disso a necessidade de os Municípios observarem o entendimento do STJ quanto à base de cálculo dos serviços de construção civil, o que deve seguir a posição externada no REsp n. 1.916.376/RS, que teve a seguinte ementa de julgamento:

[...]

Contextualizando o referido acórdão do REsp n. 1.916.376/RS, esclarece-se que é histórico no STJ o entendimento sobre a dedução do valor dos materiais empregados no

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

serviço de construção civil contratado, permitindo-se apenas a exclusão dos materiais fornecidos exclusivamente pelo prestador de serviços e sujeitos à tributação pelo ICMS. Ocorreu que, em agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, julgou o Recurso Extraordinário n. 603.497/MG com o seguinte teor: “Esta Corte firmou o entendimento no sentido da possibilidade da dedução da base de cálculo do ISS dos materiais empregados na construção civil. [...]”.

Esse entendimento do STF permitiu que fosse ampliada a dedução dos valores dos materiais empregados em serviços de construção civil, o que permaneceu até o julgamento de Agravo Interno no referido RE n. 603.497/MG, pelo Plenário da Corte Suprema, em junho de 2020, quando, dentre outras questões, decidiu-se que é da competência do STJ a manifestação sobre a interpretação dos dispositivos da LC n. 116/2003, porque a matéria é de ordem infraconstitucional.

Por conseguinte, em março de 2023, no julgamento do REsp n. 1.916.376/RS, o STJ reafirmou a sua jurisprudência quanto à restrição dos materiais na dedução da base de cálculo do imposto, conforme se depreende do trecho da ementa já colacionada acima, que é auto elucidativa e, pela sua validade ao deslinde desta consulta, repete-se adiante:

[...] 2. Esta Corte Superior há muito consolidou o entendimento de que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, não sendo possível deduzir os materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS.

Voltando-se, portanto, à Lei Complementar n. 116/2003, **somente está autorizada a dedução na base de cálculo do ISSQN dos valores dos materiais produzidos pelo prestador fora do local da obra e comercializados com a incidência do ICMS, conforme regra assentada nos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa da norma federal** (“exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS”).

Tal entendimento está expresso nos fundamentos do voto do relator do REsp n. 1.916.376/RS, que explicitou o seguinte:

O prestador de serviço de construção civil é, via de regra, contribuinte tão somente do ISS, de modo que, ainda que ele mesmo produza os materiais empregados fora do local da obra, esses materiais não estarão sujeitos ao recolhimento do ICMS e, portanto, não poderão ser abatidos da base de cálculo do ISS.

Entretanto, caso o prestador do serviço de construção civil também seja contribuinte do ICMS, os materiais necessários à construção por ele produzidos fora do local da obra e destacadamente comercializados em paralelo com o tomador, porquanto passíveis de tributação pelo imposto estadual, poderão ser subtraídos da base de cálculo do ISS.

Em resumo, se, na prestação de serviço de construção civil, houver emprego de material na obra, por conta do contratado, os custos dos materiais podem ser excluídos da base

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

de cálculo, **desde que tais materiais sejam produzidos pelo prestador, fora do local da obra, com a sujeição ao pagamento de ICMS.** Por outro lado, se o prestador fornecer materiais juntamente com o serviço, fatura-los em conjunto com sua mão de obra, mas eles não forem tributados pelo ICMS, então, deverá ser computada na base de cálculo do ISSQN.

Aclarando, ainda mais, a questão, volta-se Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.002.693/RS, que dispõe o seguinte em sua ementa, com destaques:

TRIBUTÁRIO. ISS. CONSTRUÇÃO CIVIL. MATERIAIS UTILIZADOS. SUBEMPREITADAS. BASE DE CÁLCULO. ABATIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. "A jurisprudência uniforme desta Corte é no sentido de que a base de cálculo do ISS é o custo integral do serviço, não sendo admitida a subtração dos valores correspondentes aos materiais utilizados e às subempreitadas" (REsp 926.339/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU de 11.05.07).

2. Tanto o DL 406/68 como as Leis Complementares 56/87 e 102/03 fixaram que o ISS incide sobre a totalidade dos serviços de construção civil, exceto sobre o fornecimento de mercadorias produzidas pelo próprio prestador dos serviços fora do local da prestação, que fica sujeito ao ICMS.

3. A tese de que não apenas os materiais produzidos pelo próprio prestador, mas também os adquiridos de terceiros, devem ser excluídos da base de cálculo do ISS não encontra respaldo no ordenamento jurídico, pois a regra legal que trata da incidência do ISS sobre serviços de construção civil é clara ao excluir apenas os materiais produzidos pelo próprio prestador fora do local onde prestados os serviços.

4. A situação do prestador que fabrica seus produtos fora do canteiro de obras não pode ser equiparada à daquele que adquire materiais de terceiros para uso nas obras de construção civil. Os produtos fabricados pelo prestador estão sujeitos ao ICMS, razão por que não devem se sujeitar a uma nova incidência de ISS. Já os produtos adquiridos de terceiros, se não incluídos na base de cálculo do ISS pelo serviço de construção civil, ficariam imunes à tributação, somente sendo tributados na operação anterior, que não tem o construtor como contribuinte ou responsável tributário.

5. Assim, quando os materiais são produzidos pelo próprio prestador fora do local onde prestados os serviços, incide ICMS; quando os materiais são produzidos pelo prestador no canteiro de obras ou quando são adquiridos de terceiros, como não há possibilidade de incidência de ICMS, devem ter seus valores mantidos na base de cálculo do ISS.

6. "(...) subempreitada é denominação que se oferece à empreitada menor, isto é, à empreitada secundária. Por meio de subempreitadas são executados trabalhos parcelados, contratados pelo empreiteiro construtor (...). Em referência ao ISS, é

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

irrelevante saber se o empreiteiro maior executa pessoalmente a obra pactuada ou se incumbe a terceiros para realizá-la. Ambas as formas de serviços (empreitada maior ou empreitada menor) são alcançadas pelo ISS" (Bernardo Ribeiro de Moraes in "Doutrina e Prática do Imposto sobre Serviços", Revista dos Tribunais, São Paulo, 1975).

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.002.693/RS, relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 25/3/2008, DJe de 7/4/2008.)

No voto condutor do acórdão acima ementado, de relatoria do Ministro Castro Meira, há importante elucidação quanto ao raciocínio jurídico de restringir a dedução da base de cálculo do ISS aos materiais que tiveram a incidência do ICMS:

A agravante defende que não apenas os materiais produzidos pelo próprio prestador, mas também os adquiridos de terceiros devem ser excluídos da base de cálculo do ISS.

Sem razão. Em primeiro lugar, **a regra é clara ao excluir apenas os materiais produzidos pelo próprio prestador fora do local onde prestados os serviços**. Em segundo lugar, a situação do prestador que fabrica seus produtos fora do canteiro de obras não pode ser equiparada à daquele que adquire materiais de terceiros para uso nas obras de construção civil. **Os produtos fabricados pelo prestador estão sujeitos ao ICMS, razão por que não devem se sujeitar a uma nova incidência de ISS**. Já os produtos adquiridos de terceiros, se não incluídos na base de cálculo do ISS pelo serviço de construção civil, ficariam imunes à tributação, somente sendo tributados na operação anterior, que não tem o construtor como contribuinte ou responsável tributário.

Como se vê, são situações diferentes: **quando os materiais são produzidos pelo próprio prestador fora do local onde prestados os serviços, incide ICMS**; quando os materiais são produzidos pelo prestador no canteiro de obras ou quando são adquiridos de terceiros, como não há possibilidade de incidência de ICMS, devem ter seus valores mantidos na base de cálculo do ISS.

Em outras palavras, permitir que tais valores sejam subtraídos da base de cálculo do ISS implica reconhecer a não-incidência do ICMS ou do ISS sobre o fornecimento desses materiais.

As empresas de construção civil, via de regra, não se sujeitam à incidência do ICMS, imposto estadual incidente sobre a circulação de mercadorias, conceito que não se ajusta aos insumos utilizados para a construção de edifícios, pontes, estradas e outros. Os materiais adquiridos com essa finalidade devem compor a base de cálculo do ISS.

Ressalta-se, por oportuno, que deixar de aplicar o entendimento do STJ sobre a matéria e permitir amplamente a dedução da base de cálculo dos valores dos materiais empregados no serviço pode constituir renúncia de receita e configurar ato de

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

improbidade administrativa, conforme disposição da Lei n. 8.429/1992, integrada pela Lei n. 14.230/2021:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

[...]

XXII - conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003. (Incluído pela Lei n. 14.230, de 2021)

Diante dos fundamentos expostos, responde-se:

1º - A base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado; e

2º - É possível a dedução, na base de cálculo do ISSQN, dos valores dos materiais empregados no serviço de construção civil contratado, exclusivamente quando produzidos pelo prestador, fora do local da obra, e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS, o que deverá ser comprovado ao Município mediante apresentação das notas fiscais dos referidos materiais.

Enfim, **quanto ao terceiro item consultado**, sobre a situação dos contratos de construção civil em execução no Município, em que pese tratar de caso concreto, pondera-se que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.916.376/RS, de possibilidade condicionada da dedução dos valores dos materiais empregados no serviço de construção civil contratado, é aplicável a todos os contratos firmados pelo Município desde o trânsito em julgado da decisão, ocorrido em 12/05/2023.

[...]

Assim, considerando toda a fundamentação acima, quanto ao **1º questionamento**, esta Corte de Contas entende que **a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o valor do serviço de construção civil contratado**.

Quanto ao **2º questionamento**, entende-se que **é possível a realização de deduções da base de cálculo do ISSQN dos materiais empregados no serviço de construção civil, desde que os referidos materiais sejam produzidos pelo prestador do serviço fora do local da obra, e destacadamente comercializados, com a devida incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS**, o que poderá ser demonstrado mediante notas fiscais.

Em relação ao **3º questionamento**, quanto à aplicação do entendimento aos contratos em execução no município, este Tribunal entende que **deverá ser aplicado a partir da data do trânsito em julgado da decisão, em 12.05.2023**, não se restringindo aos contratos administrativos firmados com o

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

Município, mas a todos os contratos firmados nos municípios, considerando que se trata de matéria tributária, que atinge a todos (pessoas físicas ou jurídicas) que incidem no fato gerador do ISSQN.

Ante o exposto, em consonância com o posicionamento do *Parquet* de Contas, submeto ao colendo Plenário o seguinte Voto:

I – Conhecer da Consulta formulada pelo Chefe do Poder Executivo de Alto Alegre dos Parecis, Senhor Denair Pedro da Silva (CPF n. ***.926.712-**), haja vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade dispostos nos arts. 83 a 85 do Regimento Interno desta Corte;

II – No mérito, a partir da interpretação do entendimento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.916.376/RS, a Consulta formulada deve ser respondida nos seguintes termos:

a) A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço de construção civil contratado;

b) É possível a dedução, da base de cálculo do ISSQN, dos valores dos materiais utilizados nos serviços de construção civil, desde que tenham sido produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados, com a incidência do ICMS, o que poderá ser demonstrado mediante notas fiscais;

c) A partir do trânsito em julgado do REsp 1.916.376/RS, dia 12.05.2023, o entendimento proferido pelo STJ, de possibilidade de dedução da base de cálculo do ISSQN dos valores dos materiais empregados no serviço de construção civil, desde que produzidos pelo prestador fora do local da obra e destacadamente comercializados, com a incidência do ICMS, será aplicável a todos os contratos firmados nos municípios.

III – Alertar o Consulente para que nas vindouras Consultas, identifique os dispositivos legais ou regulamentares sobre os quais pairam dúvidas quanto à aplicação, sob pena de não conhecimento da matéria, com fundamento nos arts. 83 e 84, §1º, e 85 do RITCERO;

IV – Dar conhecimento deste *decisum* ao Consulente, ou quem venha a substituí-lo, via Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, informando-lhe que o Relatório e Voto, Parecer Ministerial e, ainda, o Parecer Prévio resultante, estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.tcer.ro.br – menu: consulta processual, link PCE, apondo-se o número deste Processo e o código eletrônico gerado pelo sistema;

V – Publique-se, na forma regimental;

VI – Determinar ao Departamento do Pleno que adote as medidas necessárias para o cumprimento deste *decisum*;

VII – Arquivar os presentes autos, depois de adotadas as medidas pertinentes.



Proc.: 03396/23

Fls.: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

É como voto.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

PROCESSO: 03396/2023/TCE-RO.
SUBCATEGORIA: Consulta
ASSUNTO: Consulta acerca da aplicação do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n. 1.916.376/RS, sobre a base de cálculo do ISSQN para a construção civil
UNIDADE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
INTERESSADO: Denair Pedro da Silva, CPF n. ***.926.712-**, Prefeito Municipal
RELATOR: Conselheiro Paulo Curi Neto
SESSÃO: 4ª Sessão Ordinária Virtual do Pleno, de 01 a 05 de abril de 2024

CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS. DÚVIDAS QUANTO À APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL 1.916.376/RS. BASE DE CÁLCULO DO ISSQN PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL. PREÇO DO SERVIÇO CONTRATADO. PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO. MÉRITO. POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DOS VALORES DOS MATERIAIS EMPREGADOS DA BASE DE CÁLCULO DO ISSQN, QUANDO PRODUZIDOS PELO PRESTADOR FORA DO LOCAL DA OBRA, E DESTACADAMENTE COMERCIALIZADOS COM A INCIDÊNCIA DO ICMS. ARQUIVAMENTO.

1. O Tribunal de Contas é competente para decidir sobre consulta formulada pelas autoridades legitimadas constantes do rol do art. 84 do RITCERO, quanto às dúvidas sobre a aplicação de dispositivo legal ou regimental relativo à sua competência.

2. A mera falta da indicação do dispositivo legal pelo Consulente, quando puder ser identificado a partir dos contornos dos seus questionamentos, permite o seu conhecimento, em observância aos princípios da instrumentalidade da forma, primazia do julgamento de mérito e razoabilidade. Entendimento diverso poderia ocasionar um formalismo exacerbado por esta Corte de Contas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Processamento e Julgamento
DP-SPJ

3. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é constituída pelo preço do serviço de construção civil contratado.

4. Somente podem ser deduzidos da base de cálculo do ISSQN os valores dos materiais que sejam produzidos pelo prestador do serviço, fora do local da obra, e destacadamente comercializados, com a devida incidência do ICMS, o que poderá ser demonstrado mediante notas fiscais.

5. A partir do trânsito em julgado do REsp 1.916.376/RS, dia 12.05.2023, o entendimento proferido pelo STJ passou a ser aplicável nos municípios.

6. Arquivamento dos autos.

PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, reunido em Sessão Ordinária Virtual, realizada no período 01 a 05 de abril de 2024, na forma dos artigos 84, §§ 1º e 2º, e 85 da Resolução Administrativa n. 005/96 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), conhecendo da consulta formulada pelo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, Denair Pedro da Silva, em consonância com o voto do xxxxxx

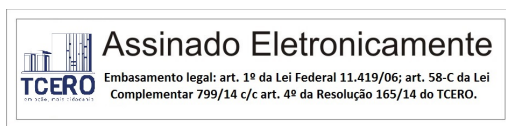
É DE PARECER, que se responda a consulta nos seguintes termos:

I – A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço de construção civil contratado;

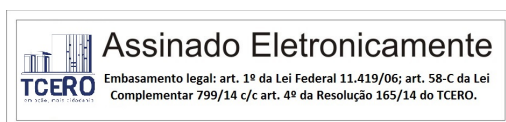
II – É possível a dedução, da base de cálculo do ISSQN, dos valores dos materiais utilizados nos serviços de construção civil, desde que tenham sido produzidos pelo prestador, fora do local da obra, e por ele destacadamente comercializados, com a incidência do ICMS, o que poderá ser demonstrado mediante notas fiscais;

III – A partir do trânsito em julgado do REsp 1.916.376/RS, dia 12.05.2023, o entendimento proferido pelo STJ, de possibilidade de dedução da base de cálculo do ISSQN dos valores dos materiais empregados no serviço de construção civil, desde que produzidos pelo prestador fora do local da obra e destacadamente comercializados, com a incidência do ICMS, será aplicável a todos os contratos firmados nos municípios.

Em 1 de Abril de 2024



WILBER COIMBRA
PRESIDENTE



OMAR PIRES DIAS
CONSELHEIRO SUBSTITUTO